



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº _____/2021

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 69 DE 2019.

(Autor: Dep. Teresa Brito)

"Assegura a alfabetização em Braille nas instituições de ensino do Estado do Piauí, e dá outras providências."

RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES

I - RELATÓRIO

Apresento, de acordo com os arts. 34, I, a), do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos aspectos de natureza constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa atinentes ao projeto de lei que passo a analisar.

Trata-se de projeto de lei ordinária que assegura a alfabetização em Braille nas instituições de ensino do Estado do Piauí, e dá outras providências".

A iniciativa da proposta é desempenhada pela nobre deputada Teresa Brito.

Para tanto, justifica que a norma visa cumprir o que determina a Portaria MEC nº 2678, de 24 de setembro de 2002, que aprova o projeto da Grafia em Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional como método de educação inclusiva

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos arts. 59, 61, 137 e 139 do regimento interno desta Casa, apresento parecer apreciador da matéria notadamente no que tange às exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

A função legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "b)" e art. 105, I, do Regimento interno, bem como no Art. 75 I da Constituição Estadual.

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que, este projeto de lei possui embasamento constitucional.

Em relação à Constituição Estadual, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela, não se encontra no rol de competência exclusiva do chefe do poder executivo.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles.

Por todo o exposto, manifesto-me **favoravelmente** à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

III - PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 12 de maio de 2021.**

Dep. Gessivaldo
Dep. Geo. Lima
Dep. Ziza Carvalho
Dep. João de Deus
Dep. Julio Ancoverde
**DEP. HENRIQUE PIRES
RELATOR**

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>24/05/2021</u>
<u>Henriko</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>Justiça</u>